



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

PARECER Nº 007/2021

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo

RELATOR: Vereador Ronildo Moraes de Souza

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 016/2021, de 31 de março de 2021.

Ementa: "Autoriza abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município"



1. RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 05/04/2021, sob o protocolo nº 60, indo à leitura na sessão ordinária realizada no dia 06/04/2021, com posterior encaminhamento à Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo.

A Comissão se reuniu em 20/04/2021, ocasião em que analisou e deliberou o Projeto de Lei em questão.

É o breve relato.

2. PARECER

Preliminarmente, há que se destacar que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicita ao Presidente desta Casa de Leis, a apreciação deste Projeto de Lei **em regime de urgência**. Com isso, vejamos os dispositivos previstos na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, sobre o tema:



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Lei Orgânica Municipal

Art. 39 - No início ou em qualquer fase da tramitação do projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito, este poderá solicitar à Câmara de Vereadores que o aprecie no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do pedido.

§ 1º - Se a Câmara de Vereadores não se manifestar sobre o projeto no prazo estabelecido no caput deste artigo, será esse incluído na ordem do dia das sessões subsequentes, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos até que ultime a votação.

§ 2º - O prazo deste artigo não correrá nos períodos de recesso da Câmara de Vereadores.

Regimento Interno do Poder Legislativo

Art. 189 – A Urgência é a abreviação do Processo Legislativo.

Parágrafo Único - A Urgência não dispensa o "quorum" específico e o Parecer de Comissão.

Art. 191 – Se o Prefeito solicitar que Projeto de sua iniciativa seja apreciado com Urgência, esta terá o prazo fixado na Lei Orgânica.

§ 1º - Se ao final do prazo referido neste artigo o projeto não for apreciado, será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação de qualquer outra matéria até que se ultime a Votação.

Art. 192 – Os prazos referidos no artigo anterior não correm no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos Projetos de Código.

Feita a análise das legislações supratranscritas e considerando que não houve insurgência sobre a solicitação de tramitação em regime de urgência, tem-se que a mesma restou acatada, nos termos do art. 191 do Regimento Interno, razão pela qual o prazo máximo para a Câmara deliberar e votar o referido Projeto de Lei é de 45 dias a contar do protocolo, qual seja 29/03/2021, encontrando-se dentro do prazo regimental.

Esgotado o estudo preliminar sobre a solicitação do regime de urgência, passaremos ao estudo da viabilidade técnica e jurídica desta proposição.

De início, destaca-se que o indigitado projeto de lei objetiva a autorização para abertura de crédito especial oriundo do valor recebido do governo do Estado do Rio Grande do Sul referente à recuperação de 28,5 km de estradas vicinais nas localidades de São Braz Médio, São Braz Alto, Cerro dos Coqueiros e Estrada do Guaraxaim da Serra.

Ronildo

Alcides



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Com efeito, constata-se que a proposição encontra respaldo na autonomia política do Município, insculpida no art. 18 da Constituição Federal, e na competência para legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse local, conforme dispõe o inciso I do art. 30 da Magna Carta, senão vejamos:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (Grifou-se)

Na lição de Alexandre de Moraes¹ *"interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)".* Assim, a matéria constante na proposta se adéqua efetivamente à definição de interesse local.

Observa-se, outrossim, que a matéria está em conformidade com os prenúncios legais das atribuições do chefe do Executivo, atendendo as exigências do trâmite legislativo, nos termos do inciso XI do artigo 25 e inciso XIX do artigo 58, ambos da Lei Orgânica Municipal, em virtude do projeto versar sobre a abertura de crédito especial para possibilitar o incremento de recursos em rubricas específicas para o atendimento das despesas relativas à recuperação de estradas vicinais do Município, senão vejamos:

Art. 25- Compete à Câmara de Vereadores, com sanção do Prefeito:

(...)

XI - deliberar sobre empréstimo e operações de crédito, bem como as formas e meio de seu pagamento;

Art. 58 - Compete exclusivamente ao Prefeito:

(...)

XIX - administrar os bens e rendas do Município, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos; (Grifos nossos)

¹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740.

Paulo Pinheiro
João



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Ademais, tem-se que a proposição atende ao disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como no inciso V do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, *in litteris*:

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição de justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não compreendidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite o Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entendem-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Lei Orgânica do Município

Art. 87 - São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Assim, gize-se que o projeto ora analisado apresenta a fonte de recursos utilizada para a abertura de crédito, bem como a exposição de justificativa, observando estritamente a legislação correlata, razão pela qual não há óbice à sua regular tramitação.

3. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 016/2021, razão pela qual o relator, Ver. Ronildo Moraes de Souza, emite o presente parecer favorável à matéria em análise, opinando pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto, com posterior encaminhamento ao Plenário para votação.

É o voto

Ronildo Moraes de Souza
Alfain



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores de Chuvisca
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Chuvisca (RS), 20 de abril de 2021.

Denise C. Siemionko
Ver. Denise Caroline Siemionko

Presidente

Altair N. e Silva
Ver. José Altair N. e Silva

Secretário

Ronildo Moraes de Souza
Ver. Ronildo Moraes de Souza

Relator

(X) a favor, pelas conclusões
do parecer

() contra, pela reprovação do
parecer

(X) a favor, pelas
conclusões do parecer

() contra, pela reprovação
do parecer

(X) a favor, pelas
conclusões do parecer

() contra, pela reprovação
do parecer